

EXPRESSO	-2. FEV. 1980	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Forum pede audiência ao ministro Cavaco Silva

COM O objectivo de clarificar a posição do actual Governo, face à proposta do Forum — Associação dos Gestores de Empresas Públicas, sobre o estatuto de gestor público apresentada ainda ao V Governo, aquele organismo acaba de pedir uma audiência especial ao ministro das Finanças, Cavaco e Silva.

Este pedido surge devido ao facto de ter expirado, no dia 6 de Janeiro, o período concedido, por despacho, de Sousa Franco, para que o teor daquela proposta fosse sujeita a uma consulta pública sem que até agora algo tivesse sido decidido. Nessa consulta deveriam intervir vários departamentos da administração pública, instituições financeiras, organizações de trabalhadores etc.

Refira-se que, na linha da proposta do Forum o anterior Ministério das Finanças, chefiado por Sousa Franco, elaborou uma outra proposta

bastante idêntica à daquele organismo.

O Forum, no documento enviado a Sousa Franco, defendia, como ponto principal, a necessidade de uma via contratual com o Estado de forma a definir a situação do gestor público. Naquela proposta, o Forum, baseando-se no facto de os gestores públicos não serem empregados por conta de outrém, nem funcionários públicos, e muito menos exercerem uma profissão liberal, defendia a necessidade de aqueles gestores se regerem por uma suficiente autonomia e consequente responsabilidade face ao poder central (no âmbito da estratégia de cada empresa pública).

Resultado de longa ponderação e pesquisa por parte do Forum, o documento anteriormente apresentado procurava, na prática, resguardar a situação do gestor público face às constantes mudanças a nível governamental, evitando que a profissão as-

suma um carácter de irresponsabilidade e subserviência.

A via contratual confere por outro lado uma visão a médio e longo prazo na situação do gestor na empresa, corolário lógico de uma planificação a nível global e contínua, desvinculada de meras alterações conjunturais.

O Forum propunha ainda, no documento enviado a Sousa Franco, um articulado que remetia para os tribunais comuns a resolução de possíveis questões entre o Estado e o gestor público.

